

A promessa que não foi cumprida

O Banco Central divulgou o balanço oficial do comportamento da economia brasileira em 1988, um amplo e tenebroso retrato do Plano Cruzado. Os números não são novos. Agora, porém, estamos diante de uma situação nova: esse balanço oficial está sendo entregue aos bancos internacionais credores do Brasil que passam a ter, pela primeira vez, uma visão completa do que representou a efêmera era do Plano Cruzado.

O que vemos nesse retrato em preto e branco? Primeiro, confirma-se o crescimento do Produto Interno Bruto, em torno de 8,2%, menor do que as previsões dos ministros econômicos, principalmente de Dílson Funaro, que via em seus sonhos idílicos o aparecimento de uma nova Suíça em plena desolação da América Latina. Mas, como foi conseguido esse crescimento? Ele deveu-se basicamente, ao aumento do consumo, mais especificamente de manufaturas que registraram uma elevação de produção de 11,3%.

Mas do documento do Banco Central intitulado "Brasil - Programa Econômico", há um dado revelador: o déficit das empresas estatais situou-se em Cz\$ 15,1 bilhões, sem contar — atente-se para isto — a Previdência Social, os bancos oficiais, as autarquias e fundações. Pode-se imaginar, portanto, a quanto se elevou esse brutal prejuízo pago pelo contribuinte, ao qual devemos somar a injeção de Cz\$ 60 bilhões que as empresas do governo receberam do Tesouro Nacional.

As promessas solenes do presidente da República em seus programas em cadeia de televisão ficaram apenas nisso: promessas. A máquina estatal continuou gastando o que não tinha, indo financiar esses gastos no aumento da receita obtido não através de uma eficiência maior da máquina arrecadadora, mas da elevação da carga tributária sob a forma de compulsórios ou simples aumento de impostos. Essa contradição entre elevar impostos, aumentando os custos, e

congelando preços, acirrando o consumo e desestimulando investimentos apenas precipitou o fim do plano.

Os números do Banco Central, entregues aos credores internacionais, em nada abonam o comportamento das autoridades econômicas nem justificam otimismo quanto à boa vontade com relação a novos empréstimos. Eles mostram apenas que não soube-mos gerir a nossa economia.

As estatais continuam gastando mais e mais, e não se fez a reforma administrativa solenemente prometida pelo presidente Sarney no dia 28 de fevereiro de 1986, promessa reafirmada ao anunciar a moratória unilateral.

É este o quadro, agora oficial. É assim que o Brasil será visto lá fora. E o nosso ministro da Fazenda ainda vem dizer que a culpa não é nossa e que precisamos mudar o sistema financeiro internacional.